



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PARECER SJRJ 1842955

Sra. Diretora da Secretaria Geral,

Trata-se de procedimento licitatório, com fundamento na Lei nº 14.133/21, Lei nº 12.846/2013, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e nos Decretos nº 3.555/2000, nº 10.024/2019, para contratação de empresa seguradora para efetuar seguro total dos veículos de propriedade da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, pelo período de 12 (doze) meses, em consonância com as justificativas, Formulário de ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES SJRJ nº 1762673 e Termo de Referência nº 507 (1835147), elaborados pela Coordenadoria de Transporte/Subsecretaria de Segurança Institucional.

Frise-se que a pertinência do objeto em epígrafe já foi avaliada pela Administração, tendo sido aprovada sua continuidade e registrado o **ID da Programação: 92**, conforme informado no Formulário Estudos Técnicos Preliminares - ETP - SJRJ 1762673 e no Termo de Referência nº 507 (1835147).

Dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - SJRJ 1762673, destacamos:

01. IDENTIFICADORES E OBJETO

ID da Programação: 92

Objeto: **Contratação de empresa seguradora para efetuar seguro total dos veículos de propriedade da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, pelo período de 12 (doze) meses.**

02. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Necessidade de segurar a frota de veículos da SJRJ, conforme determinado na Resolução nº 736/2021-CJF, de forma a preservar o bem próprio da SJRJ e de terceiros quanto a perda ou dano.

06. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução apresentada é para contratação de empresa seguradora para cobertura securitária dos veículos, visando garantir o atendimento das Normas e preservar esta Seccional de gastos com possíveis ocorrências.

Verificamos que está é solução mais adequada para o atendimento desta demanda, face a confiança na contratação de uma seguradora, autorizada para este tipo de serviço pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

6.1 CICLO DE VIDA: de 1 a 3 anos

6.1.1 Caráter da Despesa deste Objeto: Definitivo

Pagamento Integral dentro do Exercício: Sim

Necessidade de Formação de Lote por Motivos Técnicos: Não

Necessidade Técnica de Indicação de Marcas/Fabricantes Específicos: Não

Necessidade de Alocação de Mão de Obra em Caso de Serviço: Não

07. Demonstrativo dos Resultados Esperados

Com a aquisição do seguro da frota da SJRJ, pretende-se assegurar os 19 veículos recentemente recebidos do TRF2 em atendimento aos normativos do CJF.

A contratação visa ainda preservar a SJRJ de maiores gastos com reparos provenientes de acidentes de trânsito, e ainda com possível roubo e furto dos veículos.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Não é aconselhável o parcelamento do serviço, devido a possibilidade de melhor valor por economia de escala, visto que o desconto aplicado para seguro de frota é proporcionalmente maior de acordo com o número de veículos constantes na apólice.

9.1 Necessidade de Oitiva das Áreas Envolvidas: Não

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

A contratação não se enquadra nas categorias de produtos analisados no Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do CJF.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Entendemos que a contratação não estão no escopo do Decreto nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022, por não gerar resíduo de qualquer natureza ou necessidade de logística reversa, não havendo impactos ambientais a serem considerados na aquisição deste serviço.

13. CONTRATAÇÃO ANTERIOR/PROCESSO ADMINISTRATIVO:

JFRJ-EOF-2020/00185

JFRJ-EOF-2021/00376

JFRJ-EOF-2023/00822

14. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto.

Os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis, desta forma, entendemos tratar-se de uma contratação viável e que a proposta trará benefícios para a área de serviços da SJRJ.

O Formulário de Análise de Risco - Contratações 267 (1762676) apresenta como risco a licitação deserta ou fracassada, com nível de risco ALTO, e os seguintes possíveis danos no caso da não contratação:

Risco 1: Licitação deserta ou fracassada

Probabilidade: Média (Provável)		Impacto: Alto (Irrecuperável)	Nível de Risco: Alto
Id.	Dano		
1	Prejuízo ao cronograma de planejamento das licitações.		
2	Possível prejuízo em função de avaria ou furto de veículos.		
3	Possível prejuízo por indenização devida à terceiros		
4	Descumprimento do disposto no Art. 24 da Resolução 736/2021-CJF		
5	Retirada imediata do veículos da frota de circulação		
Id.	Ação preventiva	Responsável	

1	Verificar se a solução prevista no projeto, poderá ser executada de fato por empresas existentes no mercado.	ALEXANDRE VIEGAS BRAVO
2	Ampla divulgação do certame.	SCM
Id.	Ação de contingência:	Responsável
1	Necessidade de contratação emergencial, caso a demanda a ser solucionada tenha que ser resolvida de forma urgente.	ALEXANDRE VIEGAS BRAVO
2	Refazimento do ETP, TR com atualizações das informações necessárias, com republicação do edital.	ALEXANDRE VIEGAS BRAVO
3	Necessidade de levantamento interno acerca dos motivos que levaram à licitação não ter um resultado favorável.	ALEXANDRE VIEGAS BRAVO

Frise-se que a Coordenadoria de Transporte/Subsecretaria de Segurança Institucional juntou à presente SEC o Dimensionamento do Objeto a ser contratado - SJRJ 1762677, com o critério utilizado no dimensionamento e justificativa para a necessidade da contratação do presente objeto.

Objeto da contratação: Contratação de empresa seguradora para efetuar seguro total dos veículos de propriedade da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, pelo período de 12 (doze) meses.					
CONTRATO CONTINUADO - SERVIÇO SEM MÃO DE OBRA					
Descrição do serviço	Localidade	Periodicidade do serviço	Vigência do contrato	Critério adotado para dimensionamento	Justificativa em caso de acréscimo em relação à contratação anterior
Contratação de seguro total para os veículos da frota da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.	SJRJ - Capital e Subseções	Anual	Não se aplica	Necessidade de contratação de seguro para 19 veículos.	Veículos recebidos de doação do TRF2

Consta a juntada do Mapa Comparativo de Preços com propostas (1812215), elaborado pela Seção de Cotação/Assessoria de Governança de Licitações e Contratações/SCM, com apenas duas

propostas de preços.

A Assessoria de Governança de Licitações e Contratações/SCM, por meio da Informação SJRJ 1812405, e em relação a pesquisa de mercado, pronunciou-se nos seguintes termos:

Informo que o processo chegou na Seção de Cotação para pesquisa de preços em 15/05/2026.

Após consulta a diversas empresas listadas no mapa de preços, considerando que para o objeto não foi possível comparar as especificações com contratações de outros Órgãos, ressalto que foram recebidas apenas 2 propostas.

Considerando que a apólice do TRF-2(documento 1812053) tem vigência até 01/08/2026, seguem mapa de preços, propostas obtidas e respostas negativas juntados ao mapa comparativo de preços (documento 1812215).

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças informou, conforme Despacho SJRJ 1813078:

Prezados,

De ordem, informo que a despesa consta da base contratual, tendo sido localizado o ID 624-SSI, referente ao objeto desta SEC, com disponibilidade orçamentária.

Apresento a classificação orçamentária da despesa para análise pela SEACO:

Apresento a classificação econômica da despesa para análise pela SEACO:

- Ação: JC - 168.312

- Elemento de Despesa: 3.3.90.39.69

A Seção de Orientação e Conformidade Contábil emitiu a Informação SJRJ 1819870, no sentido de que a classificação indicada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças encontra-se em consonância com a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional.

No que concerne à pesquisa de preços realizada com apenas dois preços, conforme Mapa Comparativo de Preços (1812215), cabem algumas considerações.

A Instrução Normativa nº 73 da SECRETARIA ESPECIAL DE DESBurocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, de 05/08/2020, dispõe sobre a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em que pese não ser de adoção obrigatória para os órgãos do Judiciário Federal, define boas práticas que podem ser consideradas na realização de pesquisa de preços por esta Seccional.

Convém ponderar que diretrizes extraídas dos entendimentos do Tribunal de Contas da União, que por sua vez foram refletidas nas Instruções Normativas 5/2014 (revogada) e 73/2020, supriram as lacunas legais uma vez que as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 (já revogadas pela Lei nº 14.133/21) não estabeleciam parâmetros objetivos para a confecção das pesquisas de preços.

Por sua vez, a Lei nº 14.133/21, em seu artigo 23, estabelece alguns parâmetros objetivos para a confecção das pesquisas de preços, porém algumas lacunas ainda permanecem, como veremos a partir da leitura do dispositivo em comento:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em

saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Como se percebe, a Lei nº 14.133/2021 permanece silente quanto à possibilidade da não obtenção de no mínimo o mínimo 3 (três) fornecedores. Note-se, ainda, que, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 23, os parâmetros ali estabelecidos poderão ser utilizados de forma conjunta ou isolada para obtenção do melhor preço.

A lei nada fala sobre cotação de objetos singulares, para atender uma necessidade peculiar do órgão, cujas dimensões, estrutura, cores são bem específicos para manter uma padronização nos mobiliários desta SJRJ.

Frise-se que a vigência da Lei nº 14.133/2021 não inviabiliza o entendimento consolidado na Instrução Normativa 73/2020, acerca da possibilidade de determinação de preço estimado com base em menos de três preços, mediante justificativa circunstanciada, consoante abaixo transcrito:

Parâmetros

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c) endereço e telefone de contato; e
- d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Metodologia

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

[...]

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente. (grifei)

Sob outro enfoque, o fundamental é que se realize uma ampla pesquisa de preços, que possa caracterizar “uma cesta de preços aceitáveis” na expressão do Tribunal de Contas da União:

As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cesta de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de SRP, avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes. (Acórdão 2.637/2015, Plenário, TC 013.754/2015-7, relator Ministro Bruno Dantas, 21.10.2015.)

[...]

No caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais para a estimativa de custos em processos licitatórios, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado. Caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada.

(Acórdão 2531/2011-Plenário)

Ademais, nos termos da Instrução Normativa 73/2020, caso a pesquisa de preços seja realizada diretamente com fornecedores, serão adotadas as seguintes providências:

- (I) o prazo de resposta conferido ao fornecedor deve ser compatível com a complexidade do objeto;
- (II) devem ser obtidas propostas formais, que conterão no mínimo:
 - a) descrição do objeto, valor unitário e total;
 - b) número do Cadastro de Pessoa Física – CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente;
 - c) endereço e telefone de contato; e
 - d) data de emissão; e, por fim,

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Considerando o informado no Mapa Comparativo de Preços (1812215) e no pronunciamento da Assessoria de Governança de Licitações e Contratações/SCM (Informação SJRJ 1812405), acerca de não ser possível comparar as especificações técnicas do presente processo com as contratações de outros Órgãos, e tendo em vista que foram consultadas várias outras seguradoras, sem ter obtido êxito (1787900), opinamos pelo prosseguimento.

No que tange ao Termo de Referência SJRJ 507 (1835147), às minutas de **Edital (1822745)** e de **Termo de Contrato (1826048)**, estas atendem aos dispositivos legais em vigor, com fundamento na Lei nº 14.133/21, Lei nº 12.846/2013, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e Decretos nº 3.555/2000 e nº 10.024/2019. Sugerimos, no entanto, as seguintes adequações:

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

- Item 12.1 - substituir a frase "penalidades previstas na Cláusula Décima Terceira" por "penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta";

- Incluir os seguintes itens na Cláusula Nona:

"9.8 - A Contratada deverá agir de forma que não tenham conflitos de interesse, competindo de forma justa, sempre visando o combate à corrupção e ao suborno e aos crimes econômicos;

9.9 - A Contratada fica obrigada a não aceitar e tão pouco oferecer qualquer coisa que possa corroborar vantagem pessoal indevida".

Em relação ao Anexo II - Planilha de Preços, parte integrante do Edital, esclareço que os quantitativos e respectivos valores dos itens foram elaborados pela AGLI/Subsecretaria de Contratações e Material, unidade responsável pela análise prévia à eventual publicação do edital.

Informamos, por oportuno, que o objeto da contratação não foi localizado no Plano de Contratações Anual 2026 da SJRJ, devendo, oportunamente, ser adequado.

Em face do exposto, entendemos não haver óbice ao prosseguimento do presente processo administrativo, com vistas ao início do devido torneio licitatório, desde que observadas, previamente, as sugestões contidas neste parecer.

Por fim, ficam designados os servidores na forma abaixo indicada para a gestão e fiscalização técnica do contrato a ser firmado, em conformidade com o art. 117, da Lei 14.133/21 (1768658):

GESTOR - CONTRATO	Titularidade	Matrícula
Alexandre Viegas Bravo	Titular	11.343
Evandro Rodrigues Pinheiro	Suplente	11.438

FISCAL TÉCNICO - CONTRATO	Área de Atuação	Titularidade	Matrícula
Alexandre Viegas Bravo	SSI/CTRA	Titular	11.343
Evandro Rodrigues Pinheiro	SSI/CTRA	Suplente	11.438

SADY RODRIGUES DA SILVA
SUPERVISOR
SEÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS/SJA

MARCIA MARIA CORREA DOS SANTOS
ASSESSORA
ASSESSORIA DE ANÁLISE DE CONTRATAÇÕES/SJA

LUCIANA BARÃO RODRIGUES
DIRETORA
SUBSECRETARIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA BARÃO RODRIGUES**, **Diretora de Subsecretaria**, em 16/06/2026, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SADY RODRIGUES DA SILVA**, **Supervisor**, em 16/06/2026, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA MARIA CORREA DOS SANTOS**, **Assessora**, em 16/06/2026, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1842955** e o código CRC **5C1A78A0**.